

## CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM MUSEUS CASAS HISTÓRICAS: REDUZINDO OS RISCOS PARA O PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Claudia S. Rodrigues de Carvalho

O presente trabalho constitui um relato de uma experiência em andamento, para gestão da preservação em museus-casas históricas, tendo como estratégia de ação a conservação preventiva. Por conservação preventiva, entende-se o conjunto de ações para mitigar as forças responsáveis pela deterioração e pela perda de significância dos bens culturais, envolvendo todas as medidas para retardar a perda de material autêntico e, finalmente, preservar sua integridade. Apresentamos as etapas já realizadas para implantação de um Programa de Gerenciamento de Riscos, como ferramenta para instruir as ações de preservação do patrimônio cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa e ampliar as perspectivas das ações já desenvolvidas, no âmbito do Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa. Descrevemos as ações para adequar a metodologia proposta pelo ICCROM, ICN e CCI para o gerenciamento de riscos em edifícios históricos, integrando as áreas de coleções, edifícios e sítios históricos, e os resultados alcançados, para o estabelecimento de uma política de preservação consistente, envolvendo a colaboração entre diversos profissionais e congregando a responsabilidade dos gestores institucionais.

### INTRODUÇÃO

A conservação preventiva em museus enfocou, a partir de meados do século 20, os riscos ambientais para a preservação das coleções, principalmente a umidade, temperatura, radiação ultravioleta e poluentes, com suporte da ciência da conservação, que propiciou um melhor entendimento da ação desses fatores sobre os diversos tipos de suportes.

A partir dos anos 1980, com o avanço das pesquisas, a conservação preventiva passou a compreender um conjunto de ações relacionadas ao cuidado com as coleções, envolvendo diversos procedimentos. Na década de 1990, o Canadian Conservation Institute, por meio da identificação dos agentes de deterioração e das ameaças específicas para as coleções, estimulou uma visão mais abrangente, ao invés do enfoque de um problema específico, em detrimento de outros.

Apesar do avanço verificado, faltava ainda uma ferramenta que informasse a importância relativa de cada ameaça, e auxiliasse no processo de tomada de decisão, indicando de que forma priorizar ações, diante de múltiplas ameaças identificadas. Para acessar este tipo de informação, é necessário avaliar os riscos, quantificando o estado de conservação de uma coleção e predizendo o impacto causado pela ação de cada agente de deterioração, a partir de sua frequência e intensidade, de modo a propiciar seu gerenciamento.

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta de gestão que, há pouco mais de 15 anos, vem sendo pensada para o campo do patrimônio cultural, por meio, principalmente de uma ação conjunta do Instituto Canadense de Conservação (CCI), já mencionado, do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural (ICCROM) e do Instituto Holandês do Patrimônio Cultural (ICN), para o desenvolvimento de uma metodologia de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural.<sup>1</sup>

A metodologia, por meio de uma visão abrangente e simultânea dos diversos riscos que afetam a preservação do patrimônio, pretende fornecer uma abordagem quantificável para a tomada de decisões específicas em relação à preservação, envolvendo estabelecimento de prioridades para alocação de recursos para mitigar riscos, numa escala de grandezas comparáveis, de fácil comunicação intersetorial. A abordagem da conservação preventiva vem avançando, assim, do foco de proteger as coleções, para o gerenciamento dos diversos riscos que estão associados ao uso e fruição das mesmas.

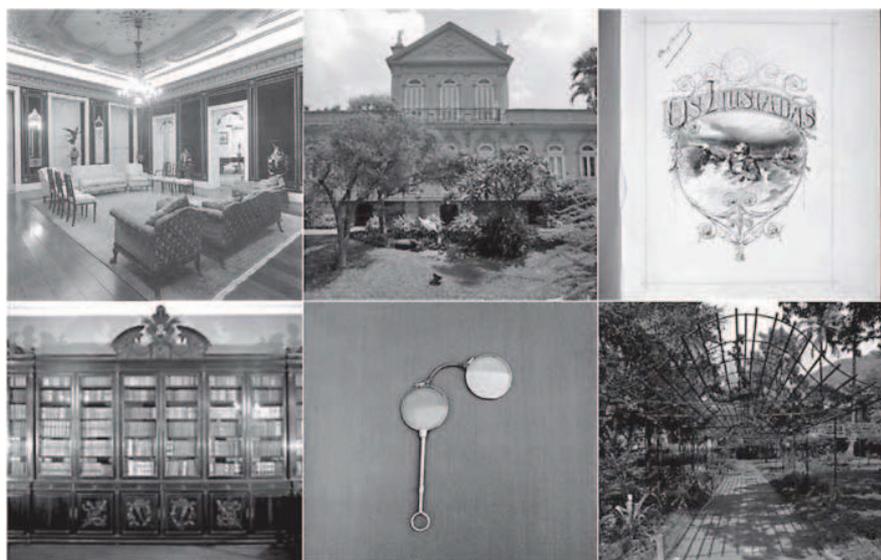
Acredita-se que, à medida que as questões relacionadas ao gerenciamento de riscos, forem mais bem conhecidas e divulgadas, as ações preventivas para preservação do patrimônio assumirão outros significados, que possibilitarão lidar com desafios futuros, como a sustentabilidade e a acessibilidade dos bens culturais.

#### DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA AO GERENCIAMENTO DE RISCOS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

A Fundação Casa de Rui Barbosa, como instituição do governo federal que tem, dentre os seus objetivos, *“promover o conhecimento da vida e da obra de Rui Barbosa, por meio da guarda, preservação e divulgação dos bens que lhe pertenceram – residência, mobiliário, biblioteca e o arquivo pessoal”*, detém sob sua tutela um patrimônio tão importante quanto variado: casa histórica, jardim, coleção museológica, arquivos e bibliotecas. A casa histórica, além de retratar todo o desenvolvimento da Arquitetura carioca dos Oitocentos, foi-se transformando e incorporando várias características arquitetônicas influenciadas pelo gosto neoclássico, e também pelas modificações do final do século, reflexos da industrialização, da melhoria da mão de obra, da importação de materiais, entre outros. Construída em 1849, serviu de residência para Rui Barbosa e sua família, de 1895 a 1923. O jardim, que por suas características é considerado um jardim histórico, forma com a casa um conjunto de grande importância, e seus elementos paisagísticos do final do século 19 estão preservados. O terreno, com aproximadamente 9 mil m<sup>2</sup>, é uma das principais áreas verdes do bairro de Botafogo, recebendo diariamente inúmeros visitantes.

O acervo que pertenceu a Rui Barbosa compreende a biblioteca, o arquivo documental, as peças de mobiliário, os objetos decorativos e de uso pessoal, e ainda viaturas. O arquivo Rui Barbosa é constituído por aproximadamente 60 mil documentos que Rui Barbosa produziu e recebeu entre 1849 e 1923, traduzindo sua vida pública como ministro, jornalista, advogado e diplomata, bem como sua vida pessoal e familiar, e é considerado Memória do Mundo. A biblioteca, que Rui Barbosa organizou ao longo de sua vida e que foi adquirida pelo governo brasileiro em 1924, reúne 23 mil títulos, em 37 mil volumes. São livros sobre os mais variados ramos do conhecimento, destacando-se as obras jurídicas – pode-se dizer que ele possuía as legislações de todos os países, suas constituições, os códigos e

Figura 01: Patrimônio Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa.  
Fotos: Marcel Gautherot – Acervo FCRB



as leis civis, comerciais, penais e processuais -, e que ainda permanecem guardados em seu local de origem.

Além do acervo que pertenceu a Rui Barbosa, a Instituição tem sob sua guarda acervos que se formaram ao longo de sua existência, como o Arquivo Museu de Literatura Brasileira, que reúne a documentação e objetos relacionados à criação e à vida de escritores brasileiros.(Figura 01)

Com o intuito de promover a preservação de forma integrada, isto é, a preservação do edifício e das coleções que abriga, iniciamos, no final dos anos 1990, um plano para conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa. No escopo deste plano, vêm sendo realizados levantamentos, diagnósticos e projetos, e apontadas intervenções para mitigar as causas dos processos de deterioração do edifício histórico, bem como da coleção que abriga. As primeiras ações tiveram como objetivo a redução da umidade descendente, pela conservação geral das coberturas, e o controle da biodeterioração, por meio de plano de combate à infestação de térmitas. Na sequência, foram realizadas a reforma do sistema de drenagem e esgoto do Jardim Histórico, a restauração das esquadrias externas e a conservação e restauração da antiga cavalariça. Em 2004, foi iniciado um projeto de controle climático para a Biblioteca Rui Barbosa, através de cooperação técnica com o Getty Conservation Institute. O trabalho, que contou com patrocínio de Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, resultou na instalação, em 2006, de um sistema de ventilação e desumidificação, que atende não só à preservação da coleção e do edifício, mas também às condições de conforto do visitante<sup>2</sup>. Este caminho foi possível em função do desenvolvimento da conservação preventiva para coleções nos últimos 40 anos, e uma maior atenção dada aos edifícios nesse processo.

A partir de 2005, o Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa passou a contar com linha de pesquisa intitulada “Estratégias de Conservação Preventiva para edifícios históricos que abrigam coleções”, e desde então já foram realizados estudos para a conservação programada das coberturas e dos elementos de madeira, das alvenarias e seus revestimentos internos e dos

papéis de parede, e ainda encontra-se em desenvolvimento a pesquisa para conservação das superfícies arquitetônicas externas. Esta trajetória no campo da prevenção, já com mais de dez anos, nos permite afirmar que a abordagem tem trazido resultados bastante satisfatórios.

Diante da necessidade de ampliar as perspectivas das ações preventivas, sobretudo em função das decisões mais difíceis; de identificar os riscos para a preservação do patrimônio cultural de modo a reduzi-los com efetividade, em função dos recursos disponíveis; e de estabelecer subsídios para uma política institucional de preservação de longo prazo, consolidando os esforços já realizados, foi adotada, em 2010, uma abordagem de gerenciamento de riscos. Para o desenvolvimento do trabalho, foi contratada a consultoria de especialista para a aplicação de metodologia específica, e formada uma equipe contando com diversos setores do Centro de Memória e Informação da FCRB (Arquivo Histórico e Institucional, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Biblioteca, Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos, Museu-Casa de Rui Barbosa e Núcleo de Preservação Arquitetônica), que, com o apoio dos bolsistas, trabalharam na realização das pesquisas necessárias.<sup>3</sup>

A estrutura geral do método e a nomenclatura básica baseia-se na norma técnica australiana e neozelandesa para o gerenciamento de riscos (*Risk Management, Australian/New Zealand Standard AS/NZS 4360:2004*<sup>4</sup>) e em procedimentos específicos de identificação, análise e priorização de riscos para o patrimônio cultural, desenvolvidos em conjunto pelo Instituto Canadense de Conservação (*Canadian Conservation Institute – CCI*), Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – ICCROM*) e Agência Holandesa de Patrimônio Cultural (*Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed – RCE*). O processo é cíclico, dividido em cinco etapas sequenciais: Estabelecimento de Contexto – caracterização interna e externa; Identificação de Riscos (listagem completa de quais são os riscos); Análise de Riscos – definição da magnitude dos riscos; Avaliação de Riscos – comparação entre os riscos identificados e os critérios estabelecidos; Tratamento dos Riscos – aceitação, transferência ou mitigação de riscos. E duas etapas contínuas: comunicação e consulta, e monitoramento e revisão de medidas. No caso específico da FCRB, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

#### I. ESTABELECIMENTO DE CONTEXTO:

O gerenciamento de riscos para a preservação do patrimônio cultural é uma estratégia institucional, e a primeira etapa do trabalho deve identificar os objetivos que motivaram sua implantação e avaliar as condicionantes que influenciarão todo o processo.

Nesta etapa, foram levantados os dados e as informações relativas aos objetivos, a missão, a organização institucional e seu impacto sobre a gestão de seu patrimônio cultural, inclusive as ações orçamentárias desse campo. Aspectos legais, políticas e procedimentos que impactam sobre a preservação e uso do acervo, bem como os principais atores que, nesse processo, foram identificados. Nesta etapa, atribui-se valor aos itens que compõem o patrimônio cultural, definindo a significância, a função e a importância dos diversos bens, isto porque um determinado risco pode afetar uma parte do patrimônio, provocando uma perda de valor, que deve ser avaliada.

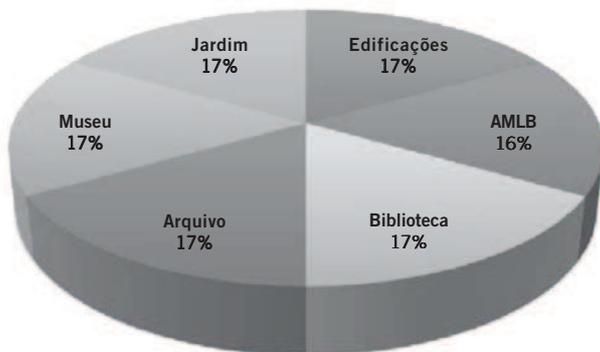


Figura 02: Diagrama geral de valores do patrimônio cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa

O principal trabalho que foi desenvolvido nessa etapa foi a quantificação do valor relativo dos diferentes componentes do acervo, o que requereu uma caracterização mais detalhada de cada item, bem como uma discussão mais aprofundada, por parte dos técnicos envolvidos, de sua importância e valor relativo para a FCRB, sua missão e seu público, comportando as diversas categorias de valor: histórico, artístico, estético, social, religioso, econômico, científico etc.

Embora todas as coleções em instituições semelhantes à FCRB recebam um mesmo tratamento para sua preservação, alguns itens podem apresentar maior valor que outros. No caso da FCRB, foi acordado que todos os elementos que constituem seu patrimônio teriam o mesmo valor no conjunto, sendo que cada elemento seria detalhado em particular.

Os principais resultados desta etapa são diagramas indicando valores de cada item, numa relação percentual com o conjunto. Esses gráficos servem para ilustrar e comunicar, de forma clara e eficiente, como o valor total do acervo (100%) está distribuído entre seus componentes, indicando as categorias ou grupos de itens com importâncias relativas distintas, apesar da natureza subjetiva desse critério.

## II. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS:

Esta etapa envolve uma atividade de observação interna e externa à Instituição, a partir de critérios objetivos, que são os “dez agentes de deterioração”, as seis “camadas de invólucro” do acervo e os cinco “estágios de controle” dos agentes.

Os dez agentes de deterioração que atuam diretamente sobre o patrimônio cultural material são:<sup>5</sup>

1. Forças físicas que podem danificar objetos diretamente, causando rotação, deformação, estresse e pressão; ou indiretamente, por colisão entre objetos ou partes do objeto. Variam de fissuras milimétricas a efeitos em grande escala, como esmagamento de objetos, colapso de pisos e, em casos extremos, destruição de edifícios. Os principais efeitos relacionados com forças físicas são Impacto, Choque, Vibração, Pressão, Abrasão.
2. Criminosos: Roubo é a remoção ilegal oportunista, intencional (premeditada ou não) de um bem, enquanto o vandalismo é a ação intencional (premeditada ou não) que resulta em danos a um bem, podendo incluir a destruição ou a desfiguração. Em geral, os atos de vandalismo não são premeditados; a maioria é realizada por oportunistas, muitas vezes pelos próprios visitantes, por visitantes mentalmente instáveis, ou sob a influência de drogas ou álcool.
3. Fogo: Incêndios podem ter várias causas: naturais, como o relâmpago; exteriores, como fogo proveniente de florestas ou vegetação do entorno, de edifícios adjacentes, ou de recipientes de lixo externos; elétricas, tais como a fiação danificada ou sobrecarregada, painéis elétricos, equipamentos;

proximidade de materiais combustíveis a uma fonte de calor; chamas provenientes de velas e aquecedores de alimentos usados durante eventos; lareiras, fogões; atividades relacionadas às obras de restauração, reforma ou construção, tais como soldas, remoção da pintura com sopradores térmicos etc.; uso, armazenamento e/ou eliminação de maneira imprópria de líquidos inflamáveis, tais como diluidores de tinta; cigarros; vazamentos de gás e incêndio criminoso.

4. Água: As principais fontes de água relacionadas à deterioração de bens culturais são as naturais – lençol freático, tempestades, enchentes, proximidade com corpos de água (rio, lago, ou represa) -, as tecnológicas / mecânicas – falha/retorno no sistema de esgoto e águas pluviais, rompimento de adutoras, vazamento no telhado, vazamento em sistemas de climatização, transbordamento de pias, vasos sanitários, ralo, entupimento de calhas, uso descuidado da água durante eventos especiais, uso da água durante obras de restauração e reforma – e as acidentais: água utilizada na limpeza dos ambientes, água utilizada para combater incêndios pelo sistema de combate do edifício, ou pelos bombeiros.
5. Pragas: organismos vivos capazes de desfigurar, danificar e destruir bens culturais. Os mais danosos aos bens culturais são os microrganismos, os insetos, os roedores, os pássaros e os morcegos.
6. Poluentes: são substâncias que podem causar reações químicas com componentes de um objeto. Podem se apresentar sob a forma de gases, aerossóis, líquidos ou sólidos, podendo ter origem natural ou ser derivado da ação humana. Em relação aos bens culturais, existem três formas principais de contaminação: poluentes atmosféricos (ozônio, sulfeto de hidrogênio, dióxido de enxofre, dióxido de nitrogênio, ácido acético e partículas); contaminantes transferidos por contato; contaminantes intrínsecos.
7. Luz, radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IV): Redução da quantidade de luz visível que um objeto recebe (intensidade luminosa – 50 lux para objetos muito sensíveis, como têxteis, couro tingido, penas, gravuras, aquarelas, fotografias); redução do tempo de exposição (o efeito é cumulativo); eliminação de toda a radiação invisível desnecessária. Radiação UV: os principais emissores de radiação UV são a luz do dia e a luz artificial, em especial lâmpadas fluorescentes. Recomenda-se, como limite máximo, 75 microwatts por lúmen. Radiação infravermelha: é uma forma de energia que sentimos como calor. Todas as fontes de luz produzem certa quantidade de calor.
8. Temperatura incorreta: existem três categorias de problemas relacionados a temperaturas: temperatura muito alta, temperatura muito baixa e flutuação de temperatura. Coleções diferentes possuem sensibilidades diferentes a cada uma delas.
9. Umidade relativa incorreta: umidades relativas elevadas favorecem o desenvolvimento de microrganismos em substratos orgânicos, reações químicas de degradação hidrolítica de materiais orgânicos e corrosão de metais, condensação em superfícies, migração de substâncias solúveis em água, deliquescência de sais etc., resultando em efeitos que incluem enfraquecimento, manchas, desfiguração etc. Umidades relativas excessivamente baixas causam o ressecamento de alguns tipos de materiais, acompanhado de danos irreversíveis. Materiais higroscópicos experimentam

Figura 03: Camadas de Invólucros do acervo do Museu-Casa de Rui Barbosa.



movimentos de expansão e contração, em resposta a flutuações de umidade relativa. Dependendo da amplitude e duração dessas flutuações, e da forma e estrutura dos materiais, danos irreversíveis, como fraturas e deformações permanentes, podem ocorrer.

10. Dissociação: está relacionada à perda de objetos ou das informações relacionadas a ele; ou ainda à impossibilidade de associar um objeto à informação correspondente a ele. A dissociação pode ser resultado de objetos guardados em locais errados, remoção de etiquetas de identificação dos objetos, registro de informações sobre um objeto ou coleção de forma ilegível ou ambígua, registro de informações sobre um objeto ou coleção de forma temporária, realização de erros de transcrição, desatualização tecnológica da base de dados utilizada para armazenamento das informações, falta de identificação adequada, podendo levar ao descarte dos objetos.

As seis camadas de invólucros do acervo referem-se às diversas escalas de observação, que são a região geográfica, o sítio, o edifício, o armazém ou sala de exposição ou guarda, a unidade de armazenagem e exposição, o suporte e embalagem do objeto. Para cada uma das camadas de invólucro, são identificadas as principais fontes, trajetórias de propagação dos agentes de deterioração, barreiras, tipos de interação e quais os efeitos resultantes<sup>6</sup>. Figura 03)

Os estágios de controle de riscos servem para verificar sistematicamente a existência (ou não) de diversos mecanismos de controle ou barreiras existentes na instituição contra a ação dos agentes de deterioração. Os cinco estágios são<sup>7</sup>:

- Evitar as fontes dos agentes de deterioração no entorno imediato e no interior do edifício, em particular nas áreas de guarda e uso de acervos.
- Bloquear o deslocamento dos agentes de deterioração a partir de suas fontes, evitando que atinjam os acervos.

- Detectar a presença dos agentes de deterioração no edifício, particularmente nas áreas de guarda e uso de acervos.
- Responder à ação dos agentes de deterioração sobre os acervos.
- Recuperar perdas e danos causados pelos agentes de deterioração, na medida do possível.

O último passo, nesta etapa, é a classificação dos riscos, segundo as possibilidades de ocorrência:

- Eventos raros: ocorrem aproximadamente uma vez a cada 100 anos;
- Eventos esporádicos: aproximadamente uma vez a cada dez anos;
- Processos contínuos: ocorrem diariamente.

### III. ANÁLISE DE RISCOS:

A terceira etapa do processo é a análise dos riscos. A partir da identificação, os riscos são analisados mais detalhadamente, por desenvolvimento de cenários. Os cenários de risco são desenvolvidos a partir de observações *in situ* do acervo e do contexto da instituição, entrevistas com funcionários, estatísticas e dados geográficos regionais, consultas com especialistas de diferentes disciplinas, pesquisa bibliográfica, experiência prática e conhecimento técnico-científico dos avaliadores.

Nesta fase, é dado a cada risco um valor numérico, entendido como magnitude. Este valor é obtido a partir de valores arbitrados para as questões abaixo, que contam com auxílio de tabela específica<sup>8</sup>.

- A. Com que rapidez ou frequência isso pode acontecer?
- B. Qual a perda de valor em cada item afetado? (descrever o tipo de dano)
- C. Quanto do valor do acervo é representado pelos itens afetados?

A magnitude de determinado risco é um fator que decorre da probabilidade de ocorrência e do impacto esperado. Deve-se ressaltar ainda que, na maioria das vezes, as respostas comportarão alguma incerteza em relação à previsão de eventos futuros, bem como o julgamento da perda de valor dos objetos comporta um certo grau de subjetividade. Assim é que a incerteza faz parte do processo, e a metodologia apresenta solução, para que as incertezas sejam capturadas quantitativamente no cálculo da magnitude de risco.

### IV. AVALIAÇÃO DE RISCOS:

A etapa de avaliação dos riscos consiste em comparar as magnitudes e as incertezas associadas de cada risco, identificando aspectos comuns, como as causas, as fontes e as barreiras, por exemplo. Nesta etapa, são revistos os valores atribuídos na primeira etapa, uma avaliação da percepção do risco e dos contextos legal e financeiro da instituição. Deste modo, as prioridades podem ser definidas, assim como os recursos, alocados de forma mais consistente.

### V. COMUNICAÇÃO E CONSULTA:

A etapa de comunicação e consulta é contínua durante todo o processo de gerenciamento de riscos, e envolve um diálogo objetivo com os agentes, identificando e superando as diferenças e as lacunas de conhecimento.

## VI. MONITORAMENTO E REVISÃO

A atividade de monitoramento e revisão também é contínua, a fim de evitar ao máximo a ocorrência de falhas, já que fatores internos e externos que afetam a ocorrência, a magnitude, ou a percepção de riscos podem mudar durante o processo, assim como fatores que estão relacionados com a viabilidade ou custo de implementação das medidas de tratamento de risco.

A documentação sistemática e o monitoramento da redução global dos riscos, a partir dos tratamentos implantados, servirão para orientar os ciclos subsequentes, acumulando experiência e conhecimento.

### RESULTADOS ALCANÇADOS:

Neste primeiro ciclo de avaliação de riscos para o patrimônio cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa, foram identificados riscos de prioridade extrema, prioridade alta e prioridades média e baixa.

Três riscos foram identificados como de prioridade extrema para o tratamento, por serem riscos com alta probabilidade de ocorrência, que envolvem uma grande perda de valor dos itens afetados e também parte significativa da coleção e da edificação. De forma similar a muitos museus instalados em casas históricas, o incêndio é o risco de maior magnitude, pois poderá afetar uma fração significativa do valor acervo e tipicamente ocasiona perda de valor total ou quase total nos itens afetados.

Dez riscos foram identificados como de alta prioridade, e envolvem diferentes agentes de deterioração, tais como água, fogo, forças físicas, criminosos etc. Esses riscos podem gerar perdas significativas, para uma pequena parcela do patrimônio em períodos mais curtos, ou então perdas significativas para boa parte do patrimônio, em longo prazo. Um exemplo desse tipo de risco, que está diretamente relacionado às edificações históricas, é o acúmulo relativamente rápido de alterações de biodeterioração em seus elementos construtivos, em função do clima quente e úmido da cidade do Rio de Janeiro, que favorece esse processo. Apesar de acarretar tipicamente perdas de valor muito pequenas, para as edificações como um todo, afeta uma fração significativa do acervo.

Os demais riscos, de prioridade média e baixa, são caracterizados pela natureza lenta ou irregular de ocorrência, pela baixa perda de valor para cada item afetado e/ ou limitado número de itens afetados. De forma geral, o tratamento desses riscos pode aguardar até que aqueles de prioridade extrema e alta sejam resolvidos. No entanto é importante identificar quais desses riscos podem ser tratados imediatamente, de forma simples e a baixo custo. Como um caso de prioridade média, pode ser citado o risco de vandalismo no Museu, e de baixa prioridade, o risco de desmoronamento de prédios vizinhos.

O programa de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa deverá transformar-se num Plano de Gerenciamento de Riscos, ao qual serão incorporadas medidas específicas para a redução dos riscos avaliados e priorizados nesta primeira fase do projeto, critérios robustos para a análise e seleção dessas medidas (relação custo-benefício, sustentabilidade, riscos colaterais, complementaridade etc.) e diretrizes para o monitoramento e revisão continuados dos riscos ao acervo, de sua priorização e da eficácia das medidas de tratamento nos ciclos subsequentes do processo. Este plano envolverá todos os níveis hierárquicos e setores da

FCRB, visando alcançar o objetivo proposto de forma ampla e eficiente, assegurando utilização de ferramentas eficazes e bem estabelecidas, para aperfeiçoar o uso dos recursos destinados à preservação e o uso sustentável do patrimônio tutela. O alcance temporal do plano é indefinido, ou seja, pretende-se seu uso permanente, enquanto instrumento para instruir uma política de gestão da preservação, garantindo transparência na aplicação dos recursos, já que as tomadas de decisão serão instruídas por critérios quantitativos e fundamentados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho, de iniciativa pioneira em instituições culturais brasileiras, está sendo desenvolvido em continuidade às atividades de conservação preventiva da Fundação Casa de Rui Barbosa, não só com o intuito de gerar benefícios para a Instituição, mas objetivando também a produção de conhecimento sobre o tema, por meio da fundamentação, sistematização e documentação.

Esta experiência demonstra que muitas ações para mitigar riscos podem ser relativamente simples, restritas ao nível técnico, enquanto outras demandarão a participação de distintas instâncias de gestão, algumas até mesmo de fora da Instituição. Neste sentido, o plano de gerenciamento de riscos deve-se originar de um contexto em que a demanda seja Institucional, ou seja, ultrapasse o nível técnico, de modo que se integre à gestão e também aos processos de controle orçamentário, que são contínuos nas Instituições.

A utilização deste método pode comportar certo grau de ansiedade, dadas as incertezas inerentes ao processo, que estão presentes em várias de suas etapas de execução. Incertezas em relação ao contexto futuro da Instituição, aos dados levantados, à atribuição de valor de patrimônio. Muitas das incertezas estão também na novidade do método, e outras vêm das lacunas relativas à comunicação no campo da preservação do patrimônio cultural.

Por outro lado, com a identificação das incertezas, o contorno das ações de preservação torna-se mais nítido, na medida em que se pode afirmar que as decisões tomadas são baseadas na melhor informação disponível, ou até mesmo que a decisão ainda não pode ser tomada naquele momento. O processo orienta a decisão, mas não a automatiza. Ao oferecer critérios objetivos de eficiência para análise das opções de tratamento, bem como das alternativas para planejamento e implantação das opções selecionadas, integra a abordagem do gerenciamento de riscos ao conhecimento estabelecido no campo da preservação do patrimônio cultural.

Fatores internos e externos que afetam a ocorrência, a magnitude ou a percepção de riscos podem mudar durante o processo, assim como fatores que estão relacionados com a viabilidade ou custo de implementação das medidas de tratamento de risco. Deste modo, por meio de monitoramento e revisão constantes, pode-se em tempo adaptar-se às mudanças. A documentação de todo o processo é fundamental, incluindo o monitoramento da redução global dos riscos, a partir dos tratamentos implantados, que servirá para orientar os ciclos subsequentes, corroborando a ideia de que a preservação é um processo contínuo.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Ver [www.iccrom.org](http://www.iccrom.org)
- <sup>2</sup> Ver também [http://www.getty.edu/conservation/science/climate/climate\\_component4.html](http://www.getty.edu/conservation/science/climate/climate_component4.html)
- <sup>3</sup> O especialista contratado para desenvolvimento do trabalho é o cientista da coconservação José Luiz Pedersoli Jr, que atua junto ao CCI e ao ICCROM no desenvolvimento e difusão da metodologia de gerenciamento de riscos para o Patrimônio Cultural. Os bolsistas do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB, o qual pretende formar, treinar e capacitar recursos humanos em programas de desenvolvimento tecnológico, de referência em preservação e tratamento de acervos.
- <sup>4</sup> Standards Australia & Standards New Zealand (SA/SNZ) 2004, AS/NZS 4360:2004 Risk Management, Standards Australia & Standards New Zealand, Homebush, Aust., Wellington, NZ.
- <sup>5</sup> <http://www.cci-icc.gc.ca/caringfor-prendresoindes/articles/10agents/index-eng.aspx>.
- <sup>6</sup> MICHALSKI, S. Care and Preservation of Collections. In: BOYLAN, P. J. (Ed.). *Running a Museum: a practical handbook*. Paris: International Council of Museums, 2004. p. 51-90
- <sup>7</sup> <http://www.cci-icc.gc.ca/publications/notes/3-1-eng.aspx>
- <sup>8</sup> MICHALSKI, Stefan. Los niveles ABC para la evaluación de riesgos en las colecciones museísticas e información para interpretar los riesgos derivados de una incorrecta Humedad Relativa y Temperatura. Instituto Canadiense de Conservación, Madrid, 2009

## REFERÊNCIAS

- Assessing the values of cultural heritage. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.
- CARVALHO, Claudia. O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <[www.casaderuibarbosa.gov.br](http://www.casaderuibarbosa.gov.br)>. Acessado em: 24/05/2012;
- FERREZ, Helena Dobb; BIANCHINI, Maria Helena. Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro: MinC/Sphan/Fundação Pró-Memória/ MHN, 1987, 2v.
- HOLLOS, Adriana; PEDERSOLI JR., José Luiz. Gerenciamento de Riscos: Uma abordagem interdisciplinar. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009.
- MAEKAWA, S.; BELTRAN, V.; CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; TOLEDO, F. Climate Controls in a Historic House Museum in the Tropics: A Case Study of Collection Care and Human Comfort. *International Preservation News*, v. 54, p. 11-16, 2011.
- MICHALSKI, Stefan. Los niveles ABC para la evaluación de riesgos en las colecciones museísticas e información para interpretar los riesgos derivados de una incorrecta humedad relativa y temperatura. Instituto Canadiense de Conservación, Madrid, 2009.
- \_\_\_\_\_. Care and Preservation of Collections. In: BOYLAN, P. J. (Ed.). *Running a Museum: a practical handbook*. Paris: International Council of Museums, 2004. p. 51-90
- MÜLLER, Urs; TOLEDO, Franciza. Aproximaciones sobre el deterioro y las acciones preventivas. *Cuadernos del consejo de monumentos nacionales*, Santiago, Segunda Serie, nº 93, p.73-78, 2005.
- ONO, Rosário. Proteção do patrimônio histórico-cultural contra incêndio em edificações de interesse de preservação. Ciclo de palestras "Memória e Informação", Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 28 de abril de 2004.
- Políticas de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu Villa-Lobos – Rio de Janeiro: MAST, 2006.
- Risk Management Guidelines, Companion to Austrália/ New Zealand Standard – AS/ NZS 4360:2004; Standards Australia & Standards New Zealand (SA/SNZ) 2004, AS/NZS 4360:2004 Risk Management, Standards Australia & Standards New Zealand, Homebush, Aust., Wellington, NZ.

Sources of information for cultural heritage risk management. Preventive Conservation: Reducing risks to collections. International Course, 7-25 september 2009, Beijing, China.

TÉTREAU, Jean. Fire Risk Assessment for Collections in Museums. Canadian Conservation Institute, Ottawa, 2008.

The Conservation Assessment: A Proposed Model for Evaluating Museum Environmental Management Needs. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1998.

THROSBY, David. The value of heritage. Heritage Economics Workshop, ANU, 11-12 october, 2007.

Values and heritage Conservation. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

“Gerenciamento de Riscos para o Patrimônio Cultural da FCRB: Relatório de atividades – Fase de lançamento do programa”, José Luiz Pedersoli Jr., setembro de 2011.

---

**Claudia S. Rodrigues de Carvalho**

Arquiteta. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro (FCRB)